

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Buena Bruna Araujo Macêdo ¹
Julie Idália Araujo Macêdo ²

RESUMO

Este estudo analisa a política de inclusão e acessibilidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com ênfase nas ações desenvolvidas para atender estudantes com necessidades educacionais especiais. Em 2010, a UFRN iniciou um processo sistemático de inclusão, criando a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), com o objetivo de garantir o acesso de pessoas com necessidades específicas ao ensino superior. Em 2019, a CAENE foi reorganizada e transformada na Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), com a finalidade de promover condições adequadas para a permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais no ambiente acadêmico e profissional. O estudo, de natureza qualitativa e bibliográfica, revisita os principais instrumentos normativos que embasaram a criação e atuação da CAENE e da SIA, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN, as resoluções internas e legislação pertinente. A pesquisa ainda analisa o impacto dessas políticas no cotidiano universitário, evidenciando os avanços na implementação de práticas inclusivas, como adaptações curriculares, infraestrutura acessível e apoio psicopedagógico. O estudo conclui que, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados para garantir uma inclusão plena e efetiva, sendo necessário o contínuo aprimoramento das ações institucionais para promover um ambiente acadêmico mais acessível e inclusivo.

Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; ensino superior; necessidades educacionais especiais; UFRN.

INTRODUÇÃO

O acesso e a permanência de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas têm se consolidado como pauta estratégica para a democratização da educação superior no Brasil. O arcabouço jurídico inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) fundamenta o princípio da igualdade de condições para ingresso e continuidade dos estudos. Em âmbito internacional, documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reforçaram a centralidade da diversidade como direito humano. No Brasil, políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

¹Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, buenabruna@yahoo.com.br

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, juliidalia@yahoo.com.br



Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) constituem marcos fundamentais. Destaca-se ainda a Lei nº 13.409/2016, que assegurou reserva de vagas para pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, esse processo foi gradativamente institucionalizado. Ainda nos anos 1990, já havia estudantes com deficiência matriculados, mas foi em 2001, com a aprovação de três estudantes com deficiência visual no vestibular, que ocorreram as primeiras mobilizações estruturadas (Melo, 2009). Em 2002, a Portaria nº 123/2002-Reitoria criou uma comissão para elaborar diretrizes de atendimento. Posteriormente, a adesão ao Programa Incluir (2005–2011) viabilizou projetos institucionais de acessibilidade, como o “Inclusão de alunos com deficiência na UFRN: promovendo ambientes acessíveis” (2006). A criação da CAENE em 2010, regulamentada pela Portaria nº 203/2010-Reitoria e pela Resolução nº 193/2010-CONSEPE, marcou a institucionalização da política na UFRN. Em 2019, esse processo foi fortalecido com a criação da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) e com a aprovação da Política de Inclusão e Acessibilidade (Resolução nº 026/2019-CONSUNI), posteriormente atualizada pela Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD.

Portanto, o artigo busca compreender a trajetória dessa política na UFRN, analisando seus marcos normativos, os avanços alcançados e os desafios persistentes na promoção da acessibilidade e inclusão. O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A seção de Metodologia descreve o percurso investigativo adotado, detalhando o caráter qualitativo e bibliográfico da pesquisa e os documentos institucionais e legais analisados. Em seguida, o Referencial Teórico fundamenta a discussão sobre inclusão e acessibilidade no Ensino Superior, articulando aportes de autores nacionais e internacionais que tratam da educação inclusiva, da acessibilidade multidimensional e das transformações pedagógicas necessárias à democratização do ensino. Na seção de Resultados e Discussão, são apresentados os marcos históricos e institucionais da política de inclusão da UFRN. Por fim, as Considerações Finais, sintetizam-se os avanços, limites e perspectivas da política de inclusão na universidade.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfico-documental (Triviños, 2011; Gil, 2002), fundamentada na análise de normativas institucionais da UFRN — como os Planos de Desenvolvimento Institucional (2010–2019; 2020–2029), a Resolução nº 193/2010-CONSEPE,



a Resolução nº 016/2019-CONSUNI, a Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSADE e o Plano de Acessibilidade da UFRN (2022). Foram também examinadas legislações nacionais (Decreto nº 3.298/1999; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.409/2016) e estudos recentes sobre inclusão na UFRN (Ávila, 2022; Martins, 2019; Santos, 2023; Trindade, 2023). O *corpus* do material empírico foi sistematizado através da análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo identificar marcos históricos, estratégias de institucionalização e lacunas das políticas de inclusão na universidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate sobre inclusão e acessibilidade no Ensino Superior deve ser compreendido como parte de um movimento histórico, social e político mais amplo, que transcende as adaptações estruturais e normativas das instituições. A partir da segunda metade do século XX, organismos internacionais, como a UNESCO, passaram a reconhecer a educação como um direito humano universal, articulando igualdade e equidade como princípios indissociáveis para o exercício pleno da cidadania. Nesse contexto, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) consolidou-se como marco internacional ao afirmar que a inclusão constitui um fundamento ético e político da educação, destacando a necessidade de sistemas educacionais capazes de acolher e valorizar a diversidade humana em todas as suas dimensões.

No Brasil, esse movimento ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado, criando bases legais para políticas públicas inclusivas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforçou esses princípios, posteriormente ampliados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que reafirma o compromisso do Estado com o acesso, permanência e sucesso de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esses dispositivos legais consolidam a inclusão como eixo estruturante das políticas educacionais, especialmente no Ensino Superior, em consonância com as recomendações internacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS 4 – Educação de Qualidade).

Do ponto de vista teórico, Mantoan (2003) argumenta que a inclusão não deve ser reduzida à matrícula ou à presença física do estudante com deficiência, mas entendida como uma transformação profunda das práticas pedagógicas e da cultura institucional. Para a autora, é essencial repensar currículos, flexibilizar metodologias, promover a formação docente continuada e adotar recursos diversificados que assegurem participação efetiva e aprendizagem



de qualidade. Trata-se, segundo Mantoan (2003) de uma mudança paradigmática que desloca o foco da deficiência para as barreiras que limitam o acesso e a participação.

Sasaki (1997) complementa a perspectiva de Mantoan (2003) ao conceituar a acessibilidade como um direito multidimensional, que abrange dimensões arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, metodológicas, programáticas, instrumentais e atitudinais. Para ele, a inclusão só se concretiza quando as instituições assumem um compromisso ético e cultural com a diversidade, tornando-se espaços verdadeiramente democráticos e acessíveis em todas as suas práticas. Rodrigues (2011) argumenta que a acessibilidade deve ser incorporada de forma contínua aos projetos pedagógicos institucionais, evitando que a inclusão seja apenas uma ação pontual ou assistencialista. Boaventura de Sousa Santos (2017) propõe que a universidade pública deve reinventar-se como espaço plural de produção de saberes, aberto à diversidade epistêmica, cultural e social, superando lógicas hierarquizantes e excludentes.

No contexto brasileiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tem se destacado na implementação de políticas de inclusão ao institucionalizar princípios de desenho universal e design inclusivo por meio da Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD. Essas diretrizes orientam as políticas acadêmicas e administrativas, fortalecendo a democratização do acesso, permanência e aprendizagem no Ensino Superior, alinhando-se às recomendações internacionais e aos ODS da ONU. A inclusão no Ensino Superior está cada vez mais associada à inovação pedagógica e ao uso de tecnologias assistivas. Recursos digitais, softwares educativos adaptativos, leitores de tela, legendas em tempo real e plataformas acessíveis permitem que estudantes com diferentes necessidades participem ativamente das atividades acadêmicas. A integração dessas tecnologias às práticas pedagógicas promove a flexibilização de conteúdos e metodologias, possibilitando experiências de aprendizagem personalizadas e colaborativas. Autores como Moran (2015) e Levy (2003) destacam que a tecnologia não apenas amplia o acesso, mas também transforma a forma como o conhecimento é construído e compartilhado, reforçando a educação como um processo inclusivo, dinâmico e participativo. Dessa forma, a implementação de inovações pedagógicas e de tecnologias assistivas se configura como estratégia central para efetivar os princípios de equidade, acessibilidade e valorização da diversidade no Ensino Superior. Portanto, o referencial teórico que sustenta este estudo articula dimensões legais, pedagógicas, políticas, culturais e tecnológicas da inclusão, reconhecendo que a democratização do Ensino Superior exige mais do que a simples expansão de vagas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Avanços iniciais (1990–2019)

As primeiras iniciativas de inclusão na UFRN surgiram de maneira pontual entre as décadas de 1990 e 2000, motivadas pelo ingresso gradual de estudantes com deficiência. Nessa fase, as ações eram fragmentadas, geralmente vinculadas a demandas emergenciais, e priorizavam adaptações arquitetônicas, oferta de materiais acessíveis e atendimentos individualizados (Melo, 2009).

O Programa Incluir (2005–2011) representou um marco nacional ao incentivar a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, consolidando um movimento institucional mais estruturado. Na UFRN, o projeto *“Inclusão de alunos com deficiência: promovendo ambientes acessíveis”* (2006) integrou ações pedagógicas, de infraestrutura e de sensibilização comunitária, promovendo a compreensão da inclusão como direito de todos, e não como concessão. Esse período corresponde à “fase de transição” definida por Sasaki (1997), em que a acessibilidade começa a ser percebida em múltiplas dimensões — física, comunicacional, pedagógica e atitudinal.

A institucionalização da política de inclusão na UFRN avançou com a criação da Comissão de Atendimento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), estabelecida pela Portaria nº 203/2010-Reitoria e regulamentada pela Resolução nº 193/2010-CONSEPE. A CAENE marcou a passagem da inclusão de ações isoladas para um modelo organizado e sistemático, integrando diferentes dimensões da acessibilidade na gestão acadêmica. Durante esse período (2010 – 2019), foram implementados serviços especializados, como: Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (2011); Setor de Acessibilidade da SEDIS (2013); Setor de Musicografia Braille (2014); Comitê de Tradução e Interpretação de Libras (2017); Curso de Letras-Libras (2013), ampliando a formação de profissionais qualificados; e Reserva de vagas para pessoas com deficiência, prevista pela Lei nº 13.409/2016, fortalecendo o acesso às graduações.

Esses avanços refletem o que Mantoan (2003) denomina mudança estrutural, em que a inclusão passa a orientar práticas curriculares, pedagógicas e administrativas, e não mais se configura como ação complementar ou assistencialista. A atuação da CAENE evidencia a materialização de políticas públicas nacionais, alinhando o cotidiano institucional ao direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 e na LDB/1996.

Consolidação com a SIA (2019–Atualidade)



A transformação da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) em Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), em 2019, elevou a política de inclusão da UFRN a um nível estratégico e transversal, reforçando o compromisso da universidade com a democratização do ensino superior. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029) reafirma a missão da instituição de consolidar-se como “universidade inovadora e inclusiva, socialmente referenciada” (UFRN, 2020).

A Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFRN desenvolve suas ações com base em uma missão voltada à construção de uma cultura inclusiva na universidade, buscando consolidar práticas que promovam equidade, justiça social e respeito à diversidade. Sua visão é destacar-se como referência nacional em ações de inclusão entre as Instituições de Ensino Superior, pautando-se em valores que orientam sua atuação, como a ética profissional, o trabalho em equipe, a valorização da diversidade e a atuação como agentes de mudança. Nesse sentido, a SIA estabelece objetivos claros: orientar a comunidade universitária sobre processos de inclusão e acessibilidade, eliminar barreiras que possam dificultar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades específicas, apoiar unidades acadêmicas na implantação de redes de apoio por meio das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) e acompanhar de forma sistemática o desenvolvimento da política de inclusão, contribuindo para a tomada de decisões em todos os níveis da universidade.

Estrutura e atendimento multiprofissional

A SIA é composta por profissionais de pedagogia, psicologia, serviço social, fisioterapia e Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de intérpretes de Libras e monitores de Braille. O atendimento educacional é estruturado para: identificar as necessidades educacionais específicas do estudante; avaliar e propor adaptações pedagógicas, metodológicas e de avaliação; garantir acessibilidade junto a docentes, coordenações de curso e orientadores acadêmicos; e construir estratégias individualizadas com o estudante, promovendo participação plena e sucesso acadêmico.

Para solicitar atendimento, o estudante deve acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas → Outros → Necessidades Educacionais Específicas → Solicitar apoio à SIA, anexando laudo médico comprobatório. Após a triagem, é elaborado um parecer educacional com as estratégias de apoio recomendadas.



Principais ações

A Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) organiza serviços especializados para atender às diferentes dimensões de acessibilidade:

- Tradução e Interpretação de Libras: mediação linguística em ensino, pesquisa e extensão, coordenada pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Libras (coordtils@sia.ufrn.br).
- Laboratório de Acessibilidade (LA): produção e adaptação de materiais acadêmicos em formatos digitais, ampliados, Braille e áudio; orientação à pesquisa; treinamento em tecnologias assistivas; descrição de imagens; Repositório de Informação Acessível (acessibilidade@bczm.ufrn.br).
- Setor de Acessibilidade da SEDIS: adaptação de materiais para cursos a distância; produção de livros digitais e impressos acessíveis; vídeos com Libras, legendas e audiodescrição (acessibilidade.sedis.ufrn@gmail.com).
- Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN): suporte técnico e pedagógico em música inclusiva; pesquisa e desenvolvimento de produtos acessíveis (sembrain.emufrn@gmail.com).

Além disso, a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade promove formação continuada de docentes e servidores, garantindo atualização constante em acessibilidade, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas, fortalecendo a construção coletiva de uma cultura inclusiva.

Entre as principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) destacam-se o Programa de Tutoria Inclusiva, que oferece apoio direto a estudantes com deficiência nos processos acadêmicos, promovendo a autonomia e a permanência estudantil; o Repositório de Informação Acessível (RIA), responsável pela produção e compartilhamento de materiais adaptados; e a participação na REBECA (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados), que fortalece a integração e o intercâmbio de boas práticas entre instituições de ensino.

A SIA também realiza atendimento educacional especializado, que consiste na análise de laudos médicos e outros documentos apresentados pelos estudantes para a emissão de pareceres pedagógicos individualizados. Esses pareceres orientam os docentes sobre as adequações necessárias no processo de ensino e avaliação, como a concessão de tempo adicional em provas e atividades, o uso de fontes ampliadas em materiais impressos, ou a



solicitação de materiais em *Braille* ou Libras, conforme as especificidades de cada aluno e de suas necessidades educacionais.

Além disso, a SIA coordena projetos de acessibilidade comunicacional, como o desenvolvimento de um portal institucional acessível e a veiculação de conteúdos na TV Universitária com legendas e audiodescrição, assegurando o acesso à informação por todos os públicos. Também oferece serviços especializados, incluindo tradução e interpretação de Libras, produção de materiais em Braille, audiodescrição e disponibilização de tecnologias assistivas, consolidando uma política de inclusão ampla, efetiva e humanizada no âmbito universitário.

Descentralização e integração

A Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD instituiu as Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) em todas as unidades acadêmicas da UFRN, representando um marco importante na consolidação da política institucional de inclusão. A criação das CPIA promoveu a descentralização das ações da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), garantindo que o compromisso com a acessibilidade e a equidade se estenda para além da gestão central, alcançando diretamente o cotidiano das coordenações de curso, departamentos e setores administrativos.

Essas comissões atuam como instâncias locais de apoio, articulação e acompanhamento das práticas inclusivas, promovendo o diálogo entre discentes, docentes e técnicos-administrativos e fortalecendo a cultura institucional de respeito à diversidade. Ao possibilitar que cada unidade acadêmica identifique e atenda suas demandas específicas, as CPIA contribuem para uma gestão participativa e contextualizada da inclusão, estimulando soluções mais ágeis e adequadas às realidades de cada curso e área de conhecimento.

Essa estrutura favorece a integração entre políticas pedagógicas, administrativas e de infraestrutura, permitindo que ações de acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e tecnológica sejam planejadas e executadas de maneira articulada. Dessa forma, a descentralização promovida pelas CPIA reforça a concepção multidimensional de acessibilidade proposta por Sassaki (1997), que compreende a inclusão como um processo coletivo, contínuo e interdisciplinar.

Além disso, a experiência das CPIA aproxima a UFRN do modelo freireano de educação democrática, dialógica e emancipadora, ao valorizar o diálogo, a escuta ativa e a construção compartilhada de soluções. Essa perspectiva amplia o sentido da inclusão no ensino superior.



transformando-a não apenas em um conjunto de medidas administrativas, mas em uma prática educativa comprometida com a justiça social, a equidade e o direito à aprendizagem para todos.

Impactos e desafios atuais

Estudos recentes (Alves; Amaral, 2018; Carvalho, 2020) indicam crescimento expressivo das matrículas e da permanência de estudantes com deficiência na UFRN, resultado da combinação de políticas de cotas, tutoria, formação docente continuada e ampliação de recursos acessíveis. A universidade consolidou-se como referência regional, destacando-se pela integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Todavia, desafios permanecem: desigualdade de infraestrutura e recursos entre campi; limitações orçamentárias para tecnologias assistivas; lacunas na formação continuada de docentes; e barreiras atitudinais que restringem a participação plena de estudantes.

Esses obstáculos reforçam que a inclusão deve ser compreendida como eixo estruturante da vida universitária. A experiência da UFRN reafirma a necessidade de transformação cultural, institucional e pedagógica, promovendo justiça cognitiva, equidade social e valorização da diversidade, em consonância com Mantoan (2003), Sassaki (2010) e Boaventura de Sousa Santos (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da UFRN na implementação de políticas de inclusão e acessibilidade revela um processo de amadurecimento institucional que passou de ações pontuais para a consolidação de uma política estruturada e transversal. Desde a criação da CAENE, em 2010, até a transformação em Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), em 2019, observa-se um esforço contínuo de integrar a acessibilidade ao planejamento estratégico da universidade, alinhando-se às legislações nacionais, às normativas internas e às metas internacionais da Agenda 2030, especialmente no que se refere ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade). Os avanços alcançados — como a criação de laboratórios e setores especializados, a ampliação de recursos pedagógicos acessíveis, a reserva de vagas para pessoas com deficiência e a institucionalização das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) — evidenciam o compromisso da UFRN com a democratização do Ensino Superior. Tais ações asseguram direitos e reposicionam a universidade como espaço de produção de conhecimento comprometido com a diversidade e a equidade social.



Entretanto, persistem desafios que atravessam dimensões estruturais, pedagógicas e culturais: a desigualdade de recursos entre campi, as limitações orçamentárias para aquisição de tecnologias assistivas, as lacunas na formação docente e as barreiras atitudinais que resistem às transformações institucionais. Tais obstáculos reforçam que a inclusão não deve ser entendida como política setorial ou suplementar, mas como eixo orientador das práticas acadêmicas, administrativas e sociais da instituição. Portanto, a consolidação de uma universidade inclusiva requer a continuidade e o aprofundamento das políticas já existentes, o fortalecimento da articulação entre gestão, currículo e práticas pedagógicas, e o engajamento efetivo de toda a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. F. F. M. **Impacto acadêmico do Núcleo Interdisciplinar de Suporte ao Estudante (NISE) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no processo de inclusão.** 2023. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ÁVILA, G. M. G. **Estágio curricular obrigatório para universitários com deficiência: contexto e vozes.** 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior.** Brasília: MEC/SECADI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.



BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2003.

MACEDO, B.B.A. **Cartilha digital sobre literatura surda: percepções e reflexões de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.** 2024. (Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024)

MACÊDO, J. I. A. MACEDO, B.B.A. **O papel do laboratório de acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede/UFRN.** Anais do V CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MACÊDO, J. I. A. MACEDO, B.B.A. . **A política de inclusão e acessibilidade no ensino superior da universidade federal do rio grande do norte.** Anais do V CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. M. S. M. **Inclusão do estudante com deficiência no ensino superior e a formação continuada do docente universitário.** 2019. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MELO, F. R. L. V. de. **Mapeando, conhecendo e identificando ações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte diante do ingresso do estudante com deficiência.** In: MARTINS, L. A. R. et al. (orgs.). Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. Natal: EDUFRN, 2009.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** Campinas: Papirus, 2015.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2011.

SANTOS, A. R. R. **Os recursos de acessibilidade comunicacional e a eficácia do processo de comunicação formal no ensino superior: proposição de guia multiformato.** 2023. 250 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.



TRINDADE, P. B. **A formação docente no ensino superior para aulas práticas inclusivas em laboratórios.** 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.

UFRN. **Plano de Acessibilidade.** Natal: SIA/UFRN, 2022.

UFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010–2019.** Natal: EDUFRN, 2010.

UFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2029.** Natal: EDUFRN, 2020.

UFRN. **Portaria nº 123/02-R, de 01 de março de 2002.** Constitui comissão para proposta de diretrizes gerais para uma política acadêmica de atendimento ao portador de necessidades especiais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2002.

UFRN. **Portaria nº 203/2010-Reitoria, de 15 de março de 2010.** Institui a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE. Natal: UFRN, 2010.

UFRN. **Projeto de Reestruturação e Expansão (REUNI/UFRN):** relatório 2008–2012. Natal: EDUFRN, 2013.

UFRN. **Resolução nº 193/2010-CONSEPE, de 21 de setembro de 2010.** Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFRN. Natal: UFRN, 2010.

UFRN. **Resolução nº 016/2019-CONSUNI, de 19 de junho de 2019.** Cria a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA). Natal: UFRN, 2019.

UFRN. **Resolução nº 026/2019-CONSUNI, de 11 de dezembro de 2019.** Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas. Natal: UFRN, 2019.

UFRN. **Resolução nº 027/2019-CONSUNI, de 11 de dezembro de 2019.** Regulamenta a Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade e a Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA). Natal: UFRN, 2019.

UFRN. **Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD, de 10 de maio de 2022.** Atualiza a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas. Natal: UFRN, 2022.

